

Bolívia – retorno ou reinício?

Tiago Wolff Beckert
17/06/05

A crise boliviana tem sido assunto corriqueiro nos últimos meses, seja em corredores de faculdades, seja em páginas de importantes jornais e revistas - “tudo bem, o presidente renunciou”, ou ainda, “é, eu sei que as ruas estão interditadas - esse povo não percebe que os alimentos não chegarão também para eles?”. É interessante perceber como a relevância que se dá a assuntos específicos é inversamente proporcional à exposição que os mesmos têm na mídia. Claro, isso não vale para todos eles, mas especialmente para aqueles assuntos que tendem a fugir da compreensão de grande parcela da população. Quantos já pararam para pensar no que tal crise quer nos mostrar? Mais que isso, quantos se atêm a entender o conteúdo que acompanha a palavra “crise”?

Termo usado tão casualmente, perdeu seu significado original com o tempo. Como um tema muito comum para o homem contemporâneo e o seu mundo, dentro de todas as suas complexidades, *crise*, no entanto, enquanto léxico, é uma velha palavra. Vem do grego “*Krisis*”, ligada ao verbo “*Krinein*”, e significava *separação, divisão, abismo*, e, também, *juízo, decisão*. *Crise* é diferente de *problema*. “E as crises existem quando o que é apenas possível pretende se substituir ao que é verdadeiramente real. Mas podemos também dizer que as crises surgem justamente quando se exaurem as fontes de credibilidade onde vão se alimentar as verdades expostas por um método direto: quando a verdade que nos é comunicada de modo direto não mais nos convence.”¹

Especificamente no campo dos estudos políticos, duas explicações para *crise* se complementam. A primeira delas, encontrada no Dicionário de Política (de Bobbio e Pasquarino), estabelece que este termo indica uma alteração no padrão de normalidade do sistema, em função de uma ruptura imprevista e temporária em tal padrão. A segunda apresentação do mesmo conceito, dispersa nos manuais de política, caracteriza *crise* como o aprofundamento de contradições previamente estabelecidas no sistema e que, por meios os mais variados, resulta em transformações que modificam a organização das instituições, da vida social, da formação individual.

Em que pese a aceção do Dicionário de Bobbio, a crise na Bolívia não poderia ser facilmente enquadrada nesse esquema. Algumas questões poderiam ser feitas para se verificar isso, entre elas qual era o padrão de normalidade do sistema boliviano (já que a estabilidade é exceção nesse país), ou se a ruptura gerada pelas movimentações é mesmo temporária, ou ainda se ela era imprevista. Respondendo a essas indagações, é possível, por meio de respostas negativas ou vacilantes, perceber que o quadro desenhado na Bolívia antes das movimentações estava aquém da imprevisibilidade, e está longe de retornar à qualquer tipo de normalidade.

A segunda significação, entretanto, é mais precisa para o propósito perseguido, qual seja, analisar as circunstâncias que levaram a Bolívia ao caos atualmente observado. A situação de incomunicabilidade sempre existente entre os segmentos da população ocasionou uma série de falhas na integração dos interesses e causou o rompimento da sociedade em blocos antagônicos e conflitantes. Desses blocos, somente aquele que engloba a minoria, curiosamente rica e influente, tem condições de organizar as estruturas sociais a seu modo. Já ouviu essa história antes? Entretanto, cedo ou tarde os oprimidos sempre descobrem a “arte de fazer barulho”. E descortinam o cenário ao qual estavam imersos, escancarando o palco onde

¹ MELLO, Mário Vieira de. 1986. *O conceito de uma educação da cultura - com referência ao estetismo e à criação de um espírito ético no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 271

deveriam agir como “estruturas estruturadas”² mas que, em sua ânsia por participar ativamente das decisões do país, estão predispostos a “funcionar como estruturas estruturantes”³.

Dessa perspectiva, aproxima-se a condição de identificação da(s) natureza(s) da(s) crise(s) boliviana(s). Uma das primeiras percepções tidas ao refletir-se sobre as manifestações nacionais é que elas englobam críticas e descontentamentos dirigidos a uma ampla gama de instituições e estruturas internas. Algumas delas exigem a convocação de uma Assembléia Constituinte, para mudança ampla na Constituição com vistas a redesenhar o Estado, configurando uma crise de legalidade do sistema, definida pela falta de aceitação do aparato jurídico. A legitimidade do poder também está em xeque, na medida em que atos ordenados pelo governo não são mais acatados pela população em geral – desobediência essa causada pelo sentimento de não-pertencimento a uma nação, presente em muitos bolivianos, principalmente indígenas, que declaram ter pouca participação política, levando isso a uma crise de identificação nacional. O que foi exposto interliga-se, e mais dois elementos unem-se a/entre eles: a) autoridades não conseguem mais exercer sua função por não terem suas ordens aceitas – crise de autoridade - e b) o Estado perde capacidade de exercer controle sobre partes do seu território e de sua população – crise de penetração. E pronto, a conjuntura está formada: crises de legalidade, legitimidade, identidade, autoridade e, por fim, penetração.

Desse modo, a crise boliviana (ou melhor, todas as facetas dela) transforma o país em um emaranhado de agitações de múltiplas origens e que se confundem no processo de delimitação de interesses e de prioridades nacionais. A pouca identificação de grupos indígenas com as causas do país demonstra-se de forma simultânea ao nacionalismo exacerbado da elite local. À pressão interna por definições favoráveis ao povo boliviano na questão dos hidrocarbonetos defronta-se a pressão exercida pelas multinacionais para que a exploração dos grandes reservatórios de gás e de petróleo seja facilitada. Os questionamentos sobre os problemas gerados pelo plantio da folha de coca esbarram em questões culturais enraizadas na sociedade. Enquanto alguns clamam pela nacionalização da exploração e produção de gás e petróleo, simpatizantes do líder indígena Evo Morales defendem a cobrança de royalties de 50% sobre a produção de hidrocarbonetos no país.

A esses, muitos outros fatores e interesses filiam-se. Entre eles, ações contra o narcotráfico que, criadas e geridas por agentes externos, perdem força quando precisam combater pessoas e famílias que apenas sobrevivem devido à cultura secular do cultivo da coca. Outro deles, como já dito, é que qualquer ação a favor da nacionalização dos hidrocarbonetos será confrontada por ações que visam à entrada de capital estrangeiro na Bolívia, para a exploração de recursos naturais. O quadro que deve ser analisado é complexo e, por envolver diversos fatores e atores externos e internos, é de difícil identificação. Entretanto, sabe-se o suficiente para afirmar-se que a volta à normalidade não será nada natural, e que envolverá constrangimentos e modificações em diversas estruturas e instituições que vem perdendo legitimidade.

Contudo, apesar da dificuldade de um retorno a qualquer normalidade que possa existir, quais elementos devem ser focados pelos *policy-makers* para uma possível solução? Quais são os pontos centrais da crise boliviana?

Como já afirmado, a desestabilidade que há muito aflora na Bolívia vem da confluência de inúmeros fatores. Entretanto, dois deles causam maiores perturbações. De forma sistemática, tais fatores serão listados e simultaneamente compreendidos.

O primeiro e talvez o mais importante deles é a questão da produção e exploração de hidrocarbonetos - mais importante porque, de certa forma, gera reflexões acerca do outro. Como já dito, a licença para exploração e produção de hidrocarbonetos é alvo de disputas entre favoráveis à nacionalização de tais recursos e favoráveis à abertura de tal mercado para o capital externo – posição tomada principalmente por transnacionais, entre elas a Petrobrás. A primeira corrente, que clama pela nacionalização, deixa de lado o fato de que grande parte dos investimentos feitos na Bolívia diz respeito a seus recursos naturais. Dessa perspectiva, a nacionalização não é nem de longe a melhor solução para esse problema, pois extrairia do país grande parte de suas receitas. A abertura total e irrestrita ao capital externo também não seria inteligente, pois geraria perda total do controle da produção por parte do governo, ocasionando fuga de capital do mesmo modo. A solução que deve ser buscada está no equilíbrio entre as duas vertentes, equilíbrio este alcançado por meio da imposição de certas

² BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma teoria da prática*, pp. 60.

³ *Ibid.*, pp. 61.

limitações, por parte do governo, ao capital transnacional (limitações essas que nem sempre são ainda possíveis de serem alcançadas).

A questão dos hidrocarbonetos tem diversas implicações. Entre elas, saber de quem é o controle sobre os recursos naturais do país. Sua discussão foi desencadeada após o aumento dos valores de comercialização dos principais recursos explorados e comercializados pela Bolívia: o petróleo e o gás natural. Depois de substancial incremento em seus preços, a população boliviana passou a valorizar tais recursos e a exigir que o país tivesse o total controle sobre os mesmos – “porque tais recursos mantêm-se em mãos estrangeiras enquanto vivemos em situação de dura miséria?”. Entretanto, boa parte deles já estava apoiada sobre investimentos externos, muito antes que essa percepção tivesse aflorado de forma barulhenta. O resultado disso? Aumento da desconfiança da população quanto ao neoliberalismo, de certo modo por acreditar que este surgiu para desapropriá-la de seus recursos.

O segundo ponto que será aqui destacado é o sentimento de sub-representação política que desabrocha em alguns segmentos da população boliviana – de forma especial na população indígena. Tal sentimento sempre existiu na sociedade em geral, visando a demonstrar a imensa insatisfação do povo quanto ao Estado oligárquico lá dominante. Contudo, revigorou-se e abrangeu maior contingente populacional após as exigências feitas pelo próprio povo não terem sido ouvidas, muito menos respeitadas – exigências tais como a discutida nacionalização dos hidrocarbonetos, as formas de redistribuição de renda, o próprio aumento da representação desses segmentos, etc. Fator constatado na sociedade boliviana é que a sub-representação leva à falta de identificação de tais grupos com o Estado e com as causas por ele defendidas – inexistência de um sentimento de pertencimento à nação. Possíveis soluções para esse fator existem, e são viáveis. Talvez a mais interessante delas seja a discussão de um modo de redesenhar o Estado, de forma a dar mais autonomia para “governos regionais”, que poderiam representar interesses de suas regiões frente o Estado boliviano – e assim aproveitando para atender uma das reivindicações da população.

Apresentados os pontos que de algum modo definem a extensão da crise (apesar de que tal é muito mais extensa que isso), quais os reflexos deles para o Brasil? Quais ações podem ser tomadas pela política externa brasileira? E quais seriam os objetivos dessas políticas?

Primeiramente, devemos lembrar do papel de estabilizador regional exercido historicamente pelo Brasil. A influência mantida pelo país na região é suficiente para que algumas providências sejam tomadas no que tange a necessidades dos nossos vizinhos. As consequências que o primeiro ponto destacado – a lembrar, os hidrocarbonetos – pode gerar são mais óbvias, e nos remetem instantaneamente à Petrobrás. A transnacional brasileira tem aproximadamente um sexto de seus investimentos feitos na indústria de petróleo e gás na Bolívia. Para ela, também, a nacionalização de tais recursos é a pior solução possível e, unida a uma rede de investidores estrangeiros, exerce pressão para manter seu capital no país. A missão do governo brasileiro é, diplomaticamente, influenciar para que a opção tomada pelos dirigentes bolivianos seja a manutenção de tal abertura para o capital externo – ao que tudo indica, a resolução boliviana se encaminha para isso. Entretanto, deve buscar garantir uma forma de que o povo também seja atendido. Se não por meio do incentivo à nacionalização que, como já dito, não interessa ao governo brasileiro, por meio da demonstração de que a abertura para o capital externo traz retornos à sociedade. Como, então, pode o Brasil auxiliar nessa demonstração? Por meio da ajuda na definição de políticas de redistribuição de rendas (não que o país saiba fazer isso, mas não custa tentar), de combate à miséria e à fome, de incentivos ao investimento na melhoria do sistema produtivo local.

O combate à sub-representação, por sua vez, envolve mudanças estruturais que não passam tão diretamente por questões de investimentos. Engloba, entretanto, a cultura de que a diversidade de interesses deve ser respeitada. O sentimento de que não apenas os valores de uma pequena parcela devem formar os objetivos da nação. Mais que isso, deve envolver a percepção de que a diversidade cultural foi importante na formação histórica do país e não deve ser desprezada. É nessa perspectiva que a diplomacia brasileira deve atuar, dentro da Bolívia. Incentivando os governantes a tomarem consciência da situação de todas as regiões do país. Conscientizá-los da importância de transformações estruturais na base da distribuição de renda e de oportunidades. E, se isso não se mostrar suficiente, atuar de forma a alterar a situação de descaso para com a população, sempre respeitando a soberania boliviana, mas buscando a inclusão política de todos os segmentos da sociedade. Assim, o Brasil mostrará preocupação e engajamento tanto na expansão da abrangência dos direitos de todas as pessoas quanto na estabilidade das instituições democráticas na região.

Certamente, vários outros atores além do Brasil trabalharão para que tal crise se esgote da melhor maneira possível, resgatando a dignidade do povo boliviano, e sua crença nas instituições democráticas do país. Entretanto, o cenário imaginado após a resolução é incerto. É incerto até mesmo o fato de se realmente haverá uma resolução. E se o impasse político persistir latente, mesmo sem a presença do componente da mobilização? É uma possibilidade – a Bolívia já convive há tanto tempo com tal impasse, poderia facilmente persistir nele.

Mesmo essa possibilidade existindo, acredita-se que desta vez haverá alguma resolução. Ela deve vir na forma pactuada, com a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que recebe áurea de “remédio para a doença boliviana”. Contudo, não se pode esquecer que a citada Constituinte apenas se dará depois de realizadas as eleições que devem ser convocadas pelo Presidente interino. E tais eleições ainda são um mistério: vários possíveis candidatos tentar se promover durante a crise, muitos deles sem capacidade política e de mobilização suficientes para articular um país depois de tão tumultuados eventos. Capacidade de discernimento será uma característica essencial para o povo boliviano, durante a escolha de seu candidato. Transparência no processo eleitoral será uma condição para manter a coesão social. E bom senso será uma regra que deverá ser seguida pelo novo líder eleito. Apenas assim a Bolívia poderá retornar a tão sonhada normalidade – ou ser apresentada a uma, e quem sabe fazer da estabilidade não uma exceção, mas uma constante na tão sofrida vida política de seu povo.